A Resistência à Ditadura (1977)

DOCUMENTOS - 1

CADERNOS DO
GRUPO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA SOCIAL
vol 1 – n 4
2017

São Paulo

O GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA SOCIAL é a divisão de pesquisa e publicações do CÍRCULO ALFA DE ESTUDOS HISTÓRICOS : associação sem fins lucrativos fundada em São Paulo em 1986 com a finalidade de incentivar o estudo do desenvolvimento histórico das sociedades e das culturas, de promover a compreensão das obras e atividades humanas em suas relações com o meio social.

O GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA SOCIAL reúne pesquisadores e especialistas da história da formação social brasileira, da história do movimento operário e dos temas da modernidade e da cultura contemporânea.

Os CADERNOS DO GEHS tem como objetivo divulgar os documentos do acervo do Círculo Alfa de Estudos Históricos, bem como contribuições de sua equipe de pesquisadores e demais estudiosos associados aos nossos objetivos.

contato: gehistoriasocial@gmail.com
blog: www.gehistoriasocial.blogspot.com.br

Círculo Alfa de Estudos Históricos
São Paulo

A resistência à ditadura: documentos para o tempo presente

Carlos Malavoglia

Os documentos aqui reproduzidos: CAMPANHA NACIONAL CONTRA AS TORTURAS E AS VIOLÊNCIAS POLICIAIS (1977) e ANISTIA! JORNAL DO COMITÊ 1o DE MAIO (1977) são amostras, da coleção do Círculo Alfa de Estudos Históricos, da literatura política de resistência à ditadura civil-militar iniciada com o Golpe de 1964. Mimeografados ou fotocopiados, de circulação clandestina ou semi-clandestina, mostram o trabalho de organização da resistência, de denúncias dos crimes hediondos, torturas, mutilações, assassinatos, pelo aparato repressor organizado e dirigido à época pelo alto escalão das Forças Armadas. Crimes cometidos com a conivência e a participação ativa dos grandes grupos de imprensa (os mesmos atuantes hoje no novo processo golpista iniciado em 2016) e a aprovação do sistema judiciário da ditadura. Crimes contra a população brasileira, indefesa frente à fúria totalitária dos generais golpistas cuja doutrina da "segurança nacional" pisoteou as leis do país, agrediu a soberania nacional, desmoralizou a nação junto à opinião pública interna e internacional, promoveu a insegurança cotidiana, patrocinou a violência covarde dos torturadores, aterrorizou a população, transformou o Brasil em um "vasto campo de concentração" no dizer do documento assinado pelo DCE da PUCSP de 1977.

A resistência à ditadura teve no movimento estudantil um de seus núcleos importantes e aglutinou setores da sociedade e da opinião pública nacional à medida que as contradições, as oscilações, a incompetência, a violência assassina do regime militar se faziam mais e mais aparentes, malgrado, de um lado, a censura feroz e, de outro, a colaboração ativa dos meios de comunicação à época. Vale lembrar que os próprios autores dos documentos que aqui reproduzimos arriscavam a liberdade e, deste modo, arriscavam sua integridade física e a própria vida para trazer à luz os crimes hediondos que sustentaram por duas décadas o poder dos generais golpistas.

No momento em que vivenciamos no país um novo estado de exceção promovido pelo Golpe de 2016 e um processo em curso de abolição de direitos historicamente conquistados e de cerceamento crescente das liberdades democráticas, é urgente recordar à opinião popular o alto custou para a sociedade brasileira, custo material e moral, da aventura, ou melhor, das desventuras do regime ditatorial no passado.

A farsa jurídico-mediática do Golpe de 2016 foi o ato inicial da tragédia nacional que representam hoje o *des-governo* golpista e seus associados no parlamento, nas instituições, na imprensa, no empresariado, etc. Como na ditadura civil-militar iniciada em 1964, a resistência é hoje uma necessidade e um dever. E se os golpistas repetem, com antigos e novos atores, substancialmente a mesma farsa que conhecemos, a resistência popular, com seus ritmos característicos, se renova e atualiza a memória das lutas passadas em face dos novos desafios.

"A justiça do povo é lenta; ela é lenta, mas ela chega um dia" dizia a antiga canção em homenagem aos comuneiros de 1871.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA AS TORTURAS E AS VIOLÊNCIAS POLICIAIS

Hoje, após 13 anos de ditadura, o povo está cansado!

Cansado de reclamar e não ser ouvido, votar e não ser representado, de trabalhar e não ser bem renumerado, de respeitar as leis e não ser respeitado.

Todo um aparato repressivo foi montado no País, para impedir que os setôres oprimidos da sociedade se organizem em defesa de seus interêsses. Em resposta à pressão desses setôres, há uma expansão da violência policial e da ação repressiva sobre a sociedade.

A violência policial é uma constante na história da população brasileira. Porém, o que se vê a partir de 1964 é que ela tem sido usada de maneira muito mais frequente e intensa, tornando-se rotina na vida das pessoas.

O Brasil hoje é um vasto campo de concentração, conhecido no mundo inteiro pelas violências policiais. Quase todos os dias vemos nos jornais referências a torturas a presos políticos, operações "tira-da-cama", inocentes metralhados pela polícia por estarem em "atitude suspeita".

Dessas arbitrariedades não existe autoridade superior a quem se possa recorrer, pois são essas mesmas autoridades que estimulam e acobertam essas violências.

E como recorrer, se no regime em que vivemos o povo está marginalizado! Aqui, todo poder emana dos generais e em nome de uma minoria é exercido.

Recentemente o deputado federal Alencar Furtado foi cassado por fazer referências a fatos verídicos de violências e arbitrariedades cometidas pelo regime militar.

Para os militares é tabu a divulgação de torturas e desaparecimentos, mas para nós é tabu a tolerância desse estado de coisas.

Dentro dessa perspectiva, coloca-se a necessidade de encaminhar as lutas de um número cada vez maior de setôres interessados em acabar com essas violências.

Propomos que seja assumida pelo Comitê 1º de Maio uma CAMPANHA NACIONAL CONTRA AS TORTURAS E AS VIOLÊNCIAS POLICIAIS, realizada basicamente através de :

- publicações periódicas que denuncie os casos de violências e torturas, bem como os nomes dos torturadores e responsáveis pelas violências;
- impressão de selos adesivos com palavras de ordem contra as torturas e as violências policiais;
- buscar a participação ativa de todos os setores dispostos a apoiar essa campanha.

DCE-Livre da PUCSP

(Aprovado pelo Comitê 1º de Maio em 8/7/77 e pela Assembléia Estudantil de 10/7/77. A ser levado à Assembléia Geral da SBPC em 11/7/77.)

RELATÓRIO 1

ALEXANDRE VANUCCHI LEME - estudante -

Foi preso no dia 16/3/73, pelo II Exército - CODI/DOI (OBAN) e levado para a sede da OBAN. Foi torturado durante toda a noite e vários presos que ali se encontravam ouviram seus gritos e as ameaças dos torturadores. Após constatarem sua morte na tarde do dia seguinte, os torturadores evacuaram os xadrezes cuja localização permitiria ver mais facilmente a retirada do corpo. No entanto, ainda assim muitos presos políticos puderam ver o cadáver de Alexandre sendo arrastado e o páteo da carceragem ser limpo do sangue que cobria o chão e marcava o rastro deixado pelo corpo. Depois, numa tentativa de esconder o crime, os torturadores fizeram revistas na cela daquele órgão, simulando a busca de materiais cortantes e explicando que Alexandre havia se suicidado com uma lâmina de barbear. Dias depois, os torturadores exibiram a esses presos políticos um jornal que noticiava a morte de Alexandre "atropelado por um caminhão", no bairro do Brás, durante suposto encontro com companheiros. O torturador Gaeta "Mangabeira" disse: "Nós damos a versão que queremos. Nesta joça mandamos nós." Esses fatos acham-se denunciados em processo na 1ª Auditoria da 2ª CJM de São Paulo e julgado em 12/3/75.

OLAVO HANSEN - operário -

Foi detido pelo DEOPS-SP no dia 1º de Maio de 1970, durante uma comemoração sindical realizada no Estádio Maria Zélia, nesta capital, juntamente com mais 18 pessoas. Segundo a revista Veja (nº89) sua morte, pela versão oficial, ocorrera dia 9 daquele mesmo mês, embora sua família tenha sido notificada pelos policiais apenas no dia 13, isto é, 4 dias depois, e isto apesar de Olavo estar de posse de seus documentos de identificação.

Seu corpo foi entregue em um caixão lacrado, onde se via o rosto através de um visor. Embora fossem dezenas as testemunhas da prisão de Olavo, o DEOPS declarou tê-lo encontrado sem vida nas imediações do Museu do Ipiranga, nesta cidade. A mesma revista dá conta de denúncias realizadas por inúmeras entidades sindicais a respeito das verdadeiras condições em que ocorrera aquela morte. Por várias vezes o então deputado federal Oscar Pedroso Horta ocupou a tribuna da Câmara para denunciar o assassinato de Olavo Hansen. Segundo o laudo do IML de São Paulo, ele fora encontrado envenenado com "paration".

Dezenas de presos políticos que se encontravam detidos no DEOPS, em maio de 1970, puderam presenciar o lastimável estado físico em que Olavo se encontrava, quando na carceragem daquele órgão repressivo, consequência das torturas que ele próprio relatou aos companheiros de cela. O principal responsável pelas torturas que vitimaram Olavo Hansen é o delegado Josecyr Cuoco, então lotado naquele órgão.

CONCEIÇÃO IMACULADA DE OLIVEIRA - operária -

Líder sindical e secretária dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Minas Gerais, presa em Belo Horizonte em princípio de abril de 1969, sob a acusação de haver participado e dirigido uma greve dos metalúrgicos em 1968. Foi detida, grávida, por oficiais do Exército brasileiro e agentes do DEOPS. Incomunicável permaneceu durante 60 dias. As torturas provocaram um aborto e isto aconteceu em uma pequena e fétida cela do DEOPS, em Minas Gerais, frente a dezenas de presos, sem assistência médica e nenhum tipo de cuidado higiênico. Os presos que tentaram socorrê-la, foram contidos e ameaçados com metralhadoras.

Apesar de todas as torturas que sofreu, Conceição permaneceu firme e sua imensa coragem e resistência impressionaram seus próprios torturadores.

Torturadores: Coronel Valdir Teixeira Góes, Capitães Hilton Paulo da Cunha Portela e Gomes Carneiro (ambos do exército brasileiro); do DFSP, Thacyr Menezes Sia, Haydin Bates Saraiva; do DEOPS Scoralick; da PM, Major Teixeira, Capitães Jofre Lacerda, Jesus e Pedro Ivo; Tenente Pádua, Sargento Léo.

VLADIMIR HERZOG - professor e jornalista -

Intimado a apresentar-se na sede da OBAN, tendo ali comparecido na manhã do dia 25 de outubro de 1975 - "foi encontrado morto, enforcado, tendo para tanto se utilizado de uma tira de pano". Com o objetivo de corroborar essa versão, aquele organismo divulgou ainda laudo policial de "Causa Mortis" assinado pelos médicos Arildo Viana e Harry Shibata. Esclareça-se que esse último, verdadeiro Mengele do Brasil de hoje, é quem sistematicamente firma os atestados de óbito dos presos políticos assassinados pela OBAN.

MANOEL FIEL FILHO - operário -

A 17 de janeiro de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi assassinado em uma das dependências do DOI-CODI II Exército, na cidade de São Paulo. Segundo fontes oficiais do II Exército, o operário suicidou-se na cela, enforcando-se com um par de meias.

PADRE FERNANDO DE BRITO - frei dominicano -

Responsável pela livraria católica "Duas Cidades". Foi detido no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1969 sob a acusação de ter vinculações com um grupo considerado subversivo, recebendo um violento castigo físico; sua prisão foi mantida em segredo.

Quando foi transportado para São Paulo, apresentava hematomas e sinais evidentes de torturas. Em São Paulo foi conduzido diretamente à casa do comissário Tucunduva, onde foi torturado, sofrendo vários desmaios.

Torturas: Realizadas no CENIMAR (Rio), SNI (São Paulo) e residência do

comissário Rubens Cardoso de Melo Tucunduva, em São Paulo, em fins de 1969 e começo de 1970. Foi submetido à "hidráulica", "pau-de-arara", choque elétricos nos órgãos genitais, golpes, luzes fortes nos olhos.

Torturadores: Sérgio Paranhos Fleury, Rubens Melo Tucunduva, Benedito Nunes, Sidney Nascimento, comandante Marinho, capitão de corveta Jader de Jesus Coutinho, Alfredo Poeck, capitão Ronaldo de Carvalho Cruz e outros.

ÊNIO SEABRA - operário -

Casado, com filhos, líder metalúrgico, detido em Belo Horizonte, Minas Gerais, no primeiro semestre de 1969, sob a acusação de realizar agitação no setor operário; foi arrastado pelas ruas e violentamente espancado.

Foi despedido da Siderúrgica Belgo-Mineira. Detido quatro vezes em um só ano. Dirigiu duas greves operárias em 1968. Em maio de 1969 suspenderam seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos. Na madrugada de 1º de agôsto foi visto por Loreta K. Valadares no 12º RI "descalço, sem camisa e em estado lamentável". Resistiu a tudo dizendo que "nenhuma tortura me fará denunciar minha classe"...

Torturas: Realizadas no DEOPS, Comissaria de Vigilância de Belo Horizonte, salas de torturas da 12º RI, CPOR e Central de Plícia G-2. Submetido prolongadamente ao "pau-de-arara", choques elétricos nos órgãos genitais, tentativas de afogamento "hidráulica" e outras não especificadas.

Torturadores: Equipe do coronel Valdir Teixeira Góes e capitão Hilton Paulo de Cunha Portela, além dos agentes do DEOPS, entre os quais pode-se mencionar Davi Hazan, Thacyr Menezes, Afonso Paulino; coronel Camarão, tenente Del Mennezi, ambos do exército.

MANUEL DA CONCEIÇÃO - camponês -

Ex-líder sindical rural no Maranhão, foi preso pela primeira vez em 1964. Em 1968 é novamente preso e dessa vez com cinco tiros na perna. Não tendo recebido tratamento, teve a mesma amputada. Foi libertado no mesmo ano, para novamente voltar à prisão em 1972 em São Luiz e sendo mandado para o Rio de Janeiro, onde foi brutalmente torturado no CENIMAR. Só foi julgado em maio de 1975, quando foi condenado a três anos de reclusão, tendo seus direitos políticos cassados por 10 anos. Como já estava preso há 3 anos e 4 meses foi posto em liberdade. Na ocasião ele declarou: "para mim é uma honra ter sido o primeiro analfabeto a ter cassação de seus direitos políticos. Como analfabeto, eu nunca tive se quer título de eleitor".

Impossibilitado de trabalhar no campo, por causa de sua perna e de problemas na coluna, veio para São Paulo onde novamente foi preso e torturado. Em março de 1976 deixa o Brasil com destino à Suiça e antes de partir declara: "vi que para mim, aqui no Brasil, só restavam dois lugares: ficar na cadeia ou debaixo do chão".

EPISÓDIO DA RUA PIO XI - (Lapa-SP)

Pedro Ventura Pomar, Ângelo Arroyo, João Batista Franco Drummond, foram mortos pelos policiais na Rua Pio XI, ocasião em que os órgãos de segurança invadiram a residência em que eles se encontravam juntamente com Aldo S. Arantes, Haroldo B. Rodrigues Lima, Wladimir Ventura Pomar, o motorista Joaquim Rodrigues, a esposa de Haroldo, Solange R. Lima, e a doméstica Maria Trindade que foram detidos.

Em seus depoimentos afirmam que foram torturados desde o dia em que foram presos até o do julgamento, e contestam a versão oficial da morte de Pedro, Ângelo e João; negam que houvessem armas na casa em que se encontravam. Wladimir disse que ouviu no DOI/CODI alguém dizer que havia um preso com um pacote de biscoitos "recheado" com um jornal do partido, "A Classe Operária", e segundo ele tratava-se de João Franco Drummond, o que não combina com a versão oficial de que ele havia sido atropelado.

Através de carta entregue pela mãe de Aldo Arantes ao Juiz, ela afirma ter encontrado seu filho com grandes manchas roxas nos braços, locomovendo-se com grande dificuldade em consequência das torturas sofridas nas dependências do DOI/CODI, durante todo o dia 27/6/77.

CELSO GIOVANETTI BRAMBILLA - operário -

Preso no dia 28 de abril de 1977, sob a acusação de pertencer à Liga Operária e ao Movimento de Emancipação do Proletariado, e ter em seu poder folhetins com o título de "Faísca" sobre as manifestações programadas para o dia 1º de maio.

Ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de São Carlos (SP) - 75-76. Trabalhou desde os 10 anos de idade. Já foi auxiliar de escritório do Bradesco, trabalhou na Catterpillar, e só saiu de São Carlos porque não tinha condições financeiras de continuar estudando, visto que perdera seu emprego na firma Cardinalle (também em São Carlos), vindo então para São Paulo para trabalhar como frezador na Mercedes Benz.

Torturas: Os tímpanos estourados em consequência dos 60 dias de "telefones"... "Foram 60 dias de "telefones", socos, joelhadas, palmatórias e choques. Evacuava e urinava sangue. Em 4 dias emagreci seis quilos".

Os dedos das mãos estão insensíveis em virtude dos choques elétricos.

"Fui obrigado a dar choques num companheiro meu. Num só dia fui pendurado três vezes no pau de arara".

Quanto a seu ouvido, não permitiram que fosse examinado por um especialista. "Se tivessem permitido, talvez o problema do meu ouvido não estivesse tão grave como agora".

Antes de assinar seu depoimento na terceira Auditoria da Justiça Militar, Celso tentou ler o que estava datilografado, mas mudou de idéia diante da observação do Juiz Francisco Fernandes Rodrigues:

— "Na Justiça não há problema. Pode assinar!"

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO II

Longe de esgotar o repertório das violências, torturas e aviltamentos a que são submetidos os presos políticos, este é um quadro bastante reduzido do que ocorre diàriamente nos presídios do país.

Porém, "entre a prisão e a rua a diferença está só nas paredes", já dizia o poeta.

O que se vê é que neste país a ampla maioria da população vive constantemente aterrorizada. A nossa gente anda sofrida, "falando de lado e olhando pro chão", ou por causa dos delatores profissionais ("dedo-duros") que estão por toda parte, ou por causa da repressão policial ostensiva. Estes são apenas alguns dos métodos que este regime usa para se manter. Um regime que existe para servir aos interesses de uma minoria privilegiada. Um regime que facilita e garante a exploração do país pelas grandes companhias internacionais através de doações de grandes áreas para as instalações das indústrias, isenção de impostos, etc. e, através do arrocho salarial impostò às classes trabalhadoras. E, é justamente para levar adiante este "modêlo" que se amordaçou o povo, destruindo suas organizações, impedindo qualquer possibilidade de se organizarem, se manifestarem ou se expressarem livremente.

Na ânsia de cumprir essa tarefa o aparato policial montado devasta tudo que encontra pela frente. Qualquer entidade ou organização popular está permanentemente na mira da repressão. Ninguém hoje pode se dizer seguro até mesmo dentro de sua própria casa (quantos já não morreram em pleno repouso noturno por disparos de policiais nas chamadas "operações tira-da-cama" ?).

Hoje, as escolas de samba, as torcidas de futebol, os clubes de "futebol de várzea", que são as organizações mais autênticas e espontâneas das classes populares estão constantemente sofrendo a repressão violenta da polícia.

As escolas de samba, quando não são invadidas violentamente pela polícia (geralmente causando mortes), são submetidas a outro tipo de violência: a destruição de suas formas organizativas próprias, seus valores, concepções e tradições. Desde o samba-enredo até o próprio desfile, tudo é controlado de fora da própria escola. Tudo é organizado para "turistas".

No chamado futebol de várzea, ocorre um fato semelhante. Os campos que antes eram muitas vezes improvisados em terrenos baldios, hoje estão sob a"burocracia do futebol" ou da Federação.

Isto implica numa vigilância e controle sobre os próprios clubes, uma vez que se começa a exigir até "folha corrida" dos seus integrantes. Inevitàvelmente, este fato, somado a tantos outros, vem destruir a expontaneidade do povo se organizar, para realizar uma das últimas formas de lazer que restavam para as classes populares.

Estes são apenas alguns métodos utilizados por um regime que não encontra nenhum apoio nas classes populares.

Apresentaremos agora uma pequena amostra desta violência policial a que estamos submetidos diàriamente. É importante esclarecer que esses fatos foram coletados de jornais, portanto, estão bem distante de oferecer um quadro real do que ocorre por todo país.

R E L A T Ó R I O   II

1. Na madrugada de 20 de janeiro de 1974, em São Paulo, a sede da Escola de Samba Unidos do Parque Peruche foi invadida por 20 policiais militares. Além de lançar bombas de gás lacrimogênio e de disparar tiros de metralhadoras que destruiram os instrumentos, os milicianos agrediram homens, mulheres e crianças a golpes de cassetetes. A invasão foi um revide do capitão Edson Pasteur de Souza às referências feitas a sua mulher por um dos sambistas.

2. A 23 de julho de 1974, os motoristas de táxis Marcelino Joaquim do Nascimento e e Mário Vieira Ramos foram presos e levados para a delegacia de Guaianazes, na região da Grande São Paulo, onde foram submetidos ao pau de arara e espancamentos. Pouco depois, quando os dois motoristas negaram sua participação em alguns furtos de automóveis, foram submetidos a choques e em seguida, com as vítimas inconscientes os policiais os levaram no táxi Opala HA 6464 até um local de descampado, no km 34 da estrada de Sapopemba, onde os investigadores jogaram gasolina no veículo e atearam fogo. Os dois motoristas morreram carbonizados. Os torturadores responsáveis pelos assassinatos foram os investigadores José Armando Nudi, Moacir de Oliveira Santos Júnior, Mário Bezerra de Spinola, Dario Nunes Pinheiros e Manoel Xavier Lemos.

3. No dia 8 de agosto de 1974, João Martins, oficial de justiça, foi hospitalizado com uma bala nas costas, disparada por um dos 20 policiais à paisana que compunham uma barreira para prender um marginal. Pensando que se tratasse de um assalto, João Martins não atendeu aos sinais para parar seu veículo, levando então o tiro, além de ser posteriormente roubado e preso.

4. A 1º de fevereiro de 1975, o surdo-mudo e doente mental Jairo Crispim Barroso de Carvalho, de 21 anos, foi espancado até perder os sentidos na Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador, tendo seu braço fraturado e escoriações por todo o corpo. Jairo deixou sua casa de madrugada e andou pelas ruas da Baixada do Fiscal até ser detido por uma rádio patrulha. Os policiais queriam que ele falasse sobre sua participação num assalto a mão armada. Não podendo falar nem ouvir, a mudez do rapaz foi considerada como "atitude desrespeitosa à autoridade" e assim os policiais passaram a agredí-lo com um pedaço de madeira, socos e pontapés, só parando quando ele desmaiou.

5. A 23 de fevereiro de 1975, às 23 horas, a maior parte dos operários da obra do Centro Comercial de São Paulo, no bairro de Santo Amaro, já estavam dormindo quando seus alojamentos foram invadidos por policiais militares armados de longos cassetetes e metralhadoras, que não pouparam ninguém: velhos, moços e doentes - todos os que se encontravam dentro dos alojamentos e não usavam farda da vigilância foram duramente espancados:

Na madrugada do dia seguinte, cerca de 80 operários com braços, pernas e mãos quebrados, rostos inchados e muitos vergões pelo corpo (um deles também apresentava ferimento de bala de metralhadora -

no pé) foram medicados pelo Hospital São Paulo.

6. Em 23 de abril de 1974, o menor Claudenir Macedo da Silva, de 18 meses, foi morto por policiais que invadiram um barraco na Cidade Ademar, disparando suas armas e ameaçando o pai do menor e outro residente do barraco. Posteriormente os policiais alegaram que invadiram o barraco à procura de um marginal.

7. A 23 de abril de 1975, o menor F.N.N., de 17 anos, João Augusto Diniz Junqueira de 19 anos e Carlos Inácio Rodrigues Medeiros, depois de perseguidos pelas ruas da cidade de São Paulo pelas viaturas - ROTA 66 e ROTA 17, da Polícia Militar, foram mortos a tiros de metralhadoras, disparados pelos ocupantes das viaturas policiais. Os responsáveis pelo assassinato foram o sargento Felício, cabo Martinez e os PMs Cândido Machado e Sória.

8. A 10 de julho de 1975, cinco policiais da Delegacia de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, espancaram e torturaram o tintureiro Rubens dos Santos, ateando fogo às suas cuecas, depois de introduzirem uma mangueira ligada a uma torneira aberta em sua garganta.

9. No dia 14 de outubro de 1975, o marceneiro Jurandir Machado, quando comprava sanduíches em uma barraca de cachorros quentes em Belém do Pará, foi cercado por policiais armados que o confundiram com um marginal procurado pela polícia. Os policiais o assustaram e Jurandir correu para sua residência, trancando-se no quarto. Os policiais o seguiram, arrombaram a porta, espancaram o marceneiro e descarregaram seus - revolveres, matando-o. Uma irmã da vítima tentou socorre-lo e também - foi espancada. Os responsáveis foram os policiais Pedro Paulo, "Ventania" e Almirado Filho.

10. Em outubro de 1975, comandados pelo tenente Lepester, policiais invadiram o vilarejo de São José do Povo, onde espancaram várias pessoas. Não satisfeitos, invadiram a localidade de Vale Rico (Mato Grosso), acordaram a população e levaram 18 rapazes para um bar, onde desta vez sob as ordens do tenente da PM Frederico Carlos Gaspar rasparam os cabelos dos jovens que também foram espancados. Ainda assim não se satisfizeram. Tiraram então os arreios de um cavalo, colocaram nas costas de um moço e tentaram montá-lo, como se fosse um animal. Enquanto isso, os outros rapazes eram obrigados a dançar e se beijar.

Diz o tenente Lepester que não sabia que havia menores entre as vítimas da violência, e quanto à operação justificou-a dizendo: " O lugar tem má fama e por isto nós fomos lá torná-lo mais seguro. Mandei cortar os cabelos de alguns deles para se lembrarem de que há polícia".

ESPERAMOS QUE ESTE BREVE RELATO SEJA O INÍCIO DE UMA AMPLA CAMPANHA CONTRA ESSE ESTADO DE COISAS.

MUITO RESTA A FAZER, PELO MENOS DE NOSSA PARTE, E NESTE MOMENTO FAZEMOS NOSSA A INTERROGAÇÃO DE UM DOS PERSONAGENS DO - "PONTO DE PARTIDA" (Guarnieri)....

"HÁ ALGUÉM INSATISFEITO NA PLATÉIA?"

ANISTIA!

UM JORNAL ABERTO A TODOS OS SETORES

comitê
1º de maio aberto
1977

ANO I Nº I

$ 3,00

EDITORIAL

As ultimas mobilizações ocorridas desde maio, que se desencadearam em torno às prisões dos operários e estudantes em SP, mostraram que as coisas mudaram e que os setores oprimidos já não aceitam mais passivamente as péssimas condições de vida e a repressão que o governo impõe. Ficou mais do que comprovado que o ânimo dos setores oprimidos da população é de luta não de derrota e que os setores dominantes estão tão / divididos que já não são capazes de reprimir como antes, violentamente e mesmo às tentativas de repressão e demonstrações de força, o movimento soube responde-las e não se intimidou.

A presença de dois operários da oposição metalúrgica de S.Bernardo numa assembléia de 1000 estudantes na USP, logo após as prisões em SP, não só foi um marco na história do movimento de massas, pois desde 68 que isto não ocorria, como também foi fundamental para impulsionar o ME, o setor atualmente mais mobilizado. Nesta assembléia os operários disseram: "voces estão em ascenso nós em descenso, somos presos so reinvidicar melhores condições de vida e salário, por isso prenderam nossos companheiros, podemos mesmo ser presos ao sair daqui. Nós construímos este teto e este chão, no entanto não chegamos aqui. Ajudem-nos a defender nossos presos." A resposta foi rápida e belíssima: mobilizações em todos os principais centros do país, Atos Públicos com a presença de 4000 a 7000 pessoas, concentrações, passeatas, que demonstram uma rápida radicalização do movimento nas suas formas de luta, chegando até a locais como Piauí e Alagoas. Em um mes a luta por Anistia unifica o movimento estudantil com professores, artistas, advogados e bancários. E em SP, que atualmente é o centro mais mobilizado do país, as mobilizações chegaram ao movimento operário: no 1º de maio, houve assembléias nas pastorais operárias, onde se repudiou a prisão dos operários, que contaram com a participação de cerca de 1000 trabalhadores, em S.Carlos (80000 habit) houve uma concentração de 10000 pessoas onde cerca de 8000 eram de trabalhadores e populares, onde operários leram nota de solidariedade aos operários presos.

Mas, é preciso que façamos um balanço de tudo que ocorreu, dos erros e acertos para que o movimento possa seguir avançando: o setor mais mobilizado do movimento de massas segue sendo o ME, nacionalmente deu-se a unificação do movimento estudantil com outros setores, ainda que fragilmente, embora em SP a adesão de intelectuais, trabalhadores, artistas, etc tenha sido mais marcante. O Comitê 1º de Maio por Anistia foi o saldo organizativo dessas mobilizações tendo se formado em SP, Rio, Minas e RGS. Em SP sua massificação, por ele ter sido à voz e voto de todos os participantes, levou com que ele realmente assumisse a direção das mobilizações.

Estamos vivendo agora [illegible] queda nas mobilizações [illegible] por Anistia e Liberdades que se deve não somente às férias dos estudantes, que por ser o setor mais mobilizado reflete muito no conjunto embora os bancários, estejam agora se mobilizando em campanha salarial, os professores entrarão também em campanha, e ainda meta -

lúrgicos;os demais setores ainda mantém umritmo mais lento de mobilização repercutindo menos nacionalmente. O fato do II Dia Nacional de Luta pela Anistia e pela libertação dos presos em SP parece ser um mero enfrentamento com a repressão dificultou a uma maior unificação do ME com outros setores. Mas esta queda do ritmo das mobilizações é momentânea, o ânimo para a luta continua alto e a tendência é que o movimento de massas assuma novas lutas como eleições livres, por exemplo, já que o voto livre e universal é uma aspiração tradicional de todos os setores interessados na conquista das Liberdades Democráticas.

Sobre o Comitê 1º de Maio no Rio

Sua estruturação anti-democrática com voto por entidades estudantis e um voto para cada um dos outros setores presentes não só esmagava a participação dos outros setores em função do estudantil como também impediu que assumisse concretamente a luta por Anistia, defesa dos presos e a saída às ruas, que era fundamental para a unificação dos setores que lutam pelas Liberdades Democráticas e este acabou se esvaziando e desacreditado. No Ato Público do dia 19/6 (Dia Nacional de Luta pela Anistia) a votação foi por abri-lo a voz e voto de todo e qualquer participante, mas, mais uma vez aqueles que tentam frear o movimento não reconheceram a votação.

Além disso foi uma conquista de todas as mobilizações, é por ele que temos a oportunidade de unificar os setores que se mobilizam na luta por Liberdades Democráticas. Sua manutenção aberta e democrática é fundamental para a continuidade do movimento que segue avançando, devemos estar preparados para assumir as nossas lutas que se desencadearão em breve. Sua estruturação democrática é pré-requisito para sua massificação. E é justamente a unificação de todos os setores oprimidos a eficácia das lutas na conquista das Liberdades Democráticas.

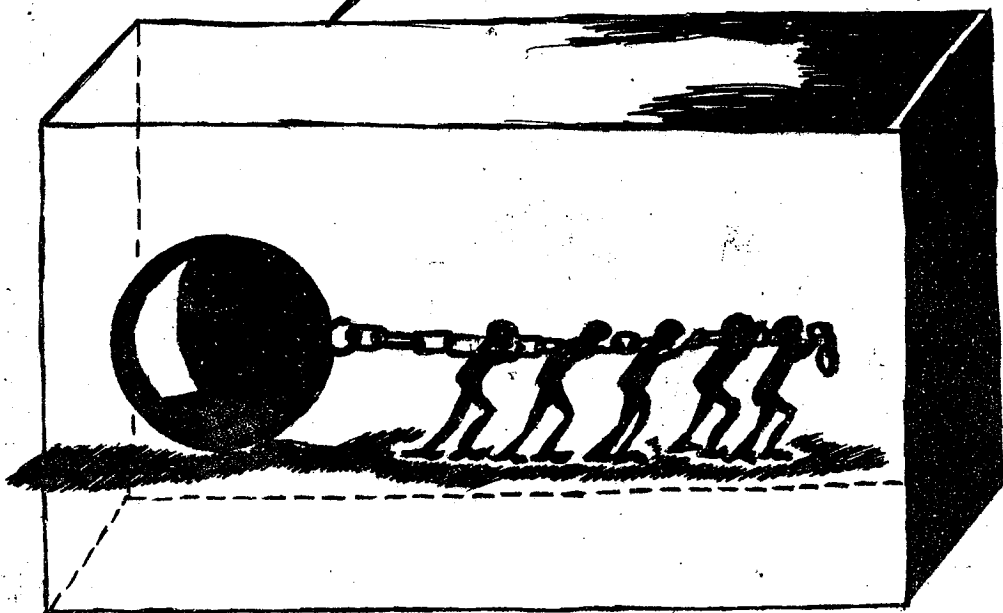
Por isso o Comitê 1º de Maio por Anistia Aberto, eleito no dia 10/6 se reuniu no dia 25/6 e deliberou este jornal, como uma das formas de levar adiante a luta pela Anistia. Ele não surgiu de um racha, mas sim de uma votação, rachando estão aqueles que teimam em manter um Comitê desacreditado e em desrespeitar a vontade das maiorias.

Companheiros, nossa tarefa principal, agora, é o fortalecimento do Comitê 1º de Maio Aberto, única forma de continuarmos na luta pela Anistia Geral e Irrestrita e pelas Liberdades Democráticas.

-Pelo Fortalecimento do Comitê 1º de Maio-Aberto,

-Pela Libertação dos Operários e Estudantes Presos em SP,

-Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para todos os Presos, Banidos e Cassados,

-Pelas Liberdades Democráticas

Nós, bancários, denunciamos / publicamente a interferência da Delegacia Régional de Trabalho no Sindicato, com ameaças aos companheiros da oposição sindical e a posição assumida pela diretoria do Sindicato,

No dia 10/6, realizou-se a Assembléia Geral para discutirmos o / aumento dos nossos salários. Nesta Assembléia a oposição se apresentou à Categoria como alternativa e propôs para a Campanha Salarial deste ano formas classistas para que mais companheiros bancários participem / das discussões e das decisões, tornando-as representativas. Para isso, a Assembléia aprovou a criação da / Comissão Salarial proposta. Esta/ comissão seria aberta, com voz e voto para qualquer bancário presente em suas reuniões.

Porém, qualquer atitude que / seja em defesa do nível de vida dos trabalhadores nı

Porem qualquer atitude que seja em defesa do nível de vida dos / trabalhadores ou procure formas democrática de garantir a participação ampla nas resoluções de nossos problemas, são tolhidas, quer seja pela burocracia estatal, quer seja pela força policial.

Foi assim, que a D.R.T. com a anuencia da diretoria do nosso sindicato, interviu nas decisões da nossa Assembléia Geral, que é soberana extinguindo a Comissão Salarial, eleita pelos bancarios, taxando de "minoria organizada", os companheiros da Oposição Sindical, além da presença do camburão da policia na porta do nosso sindicato, no dia da reunião da Comissão Salarial, em / que ela foi extinta

Mais do que nunca, é necessario reforçarmos a luta pela Anistia Geral e Irrestrita, como forma de garantirmos a segurança dos companheiros bancários e de todos aqueles que reinvidicam melhores salarios, melhores condições de / vida e liberdades democráticas.

INFORMES DAS FAMÍLIAS DE PRESOS

Desde 64, a repressão policial_ militar vem se abatendo de forma / violenta contra o povo brasileiro. Nas fábricas os operários sofrem, com um salário de fome, as conse - quências do "milagre econômico", e os que tentaram se manifestar contra este estado de coisas, foram / presos, torturados, assassinados / pela Ditadura.

Em alguns casos, a prisão dos companheiros não foi siquer reconhecida pelas autoridades. Relacionamos, abaixo, o nome dessas pessoas detidas, possivelmente assassinadas, lista esta que tem sido divulgada e denunciada pelo OAB, ABI e CNBB e / familiares dos presos, desde 1973:

HONESTINO GUIMARÃES: Ex-Presidente da U.N.E., preso no dia 10 de outubro de 1973, no Rio.

JOAQUIM PIRES CEVEIRA: Ex-major do Exército, banido para Argélia em 1970. Em Dezembro de 1973, foi preso em Buenos Aires por policiaias argentinos, comandados pelo chefe do Esquadrão da Morte SERGIO PARANHOS FLEURY. Foi recambiado ao Brasil, foi visto detido no DOI-CODI, à Rua Barão de Mesquita na P.E. segundo testemunha.

JOÃO BATISTA DA RITA PEREDA: Preso, junto, com o major Joaquim / Pires Ceveira, em Buenos Aires e / também visto no Brasil no DOI-CODI.

FERNANDO AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA: Estudante de Direito da Universidade Federal Fluminense

ISSAMI NAKAMURA OKAMO - estudante de química da USP, preso no dia 14 de maio de 1974, na cidade de São Paulo.

RUY FRAZÃO SOARES = Ex-estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, preso no dia 27 de maio de 1974, na presença de várias pessoas no sertão de Pernambuco, na cidade de Petrolina-Pernambuco.

MANUEL JOVER TELES - preso em 16 de dezembro de 1976, na cidade de São Paulo, ex-presidente da C.G.T. (Comando Geral dos Trabalhadores).

JOSÉ NOVAES - também preso e desaparecido em 16 de dezembro de 1976, na cidade de São Paulo.

Citamos ainda:

ISIS DIAS DE OLIVEIRA - Estudante, SP

JAIME MIRANDA -Advogado, preso na cidade do Rio de Janeiro, inicio de junho/74.

ORLANDO BOMFIM - Jornalista e advogado, preso em julho de 1975, na cidade do Rio de Janeiro.

ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO - preso em São Paulo, dezembro de 1976, na cidade de São Paulo.

HUMBERTO CAMARA NETO: Membro da Diretoria da U.N.E., pernambucano, 27 anos, ex-presidente de Medicina da UFPe, preso no dia 8 de outubro de 1973, na cidade do Rio.

JOÃO MASSENA MELO: Metalúrgico ex-deputado estadual pela Guanabara, preso no dia 3 de Abril de 1974 na cidade de São Paulo.

WALTER DE SOUZA RIBEIRO: Ex-militar, jornalista, preso nos primeiros dias de Abril de 1974, na / cidade de São Paulo.

IEDA SANTOS DELGADO: Advogada, solteira, presa no dia 18 de Abril de 1974, no percurso Rio- São Paulo.

THOMAS ANTONIO DA SILVA MEIRELES NETO: Sociólogo formado pela Universidade de Moscou. Preso no / dia 7 de Maio de 1974, entre Rio e São Paulo.

CAIUBY ALVES DE CASTRO: Casado 48 anos, ex-bancário, aposentado / do I.N.P.S., preso no dia 21 de Novembro de 1973, em Copacabana.

ANA ROSA KUCINSKY SILVA: Professora Universitária do Instituto de Quimica da USP(com o título de doutora). Presa no dia 22 de Abril de 1974, em São Paulo.

WILSON SILVA: Técnico em programação de computadores (Físico formado pela USP), funcionário da Servix em São Paulo. Preso no dia 22 de Abril de 1974, em São Paulo, junto com a sua esposa Ana Rosa Kucinsky Silva, igualmente desaparecida.

FERNANDO AUGUSTO DE S[illegible] OLIVEIRA : Estudante de Direito da Universidade Federal Fluminense , preso em Copacabana no dia 23 de Fevereiro de 1974.

EDUARDO COLLIER FILHO : Líder estudantil, ex-estudante de direito da Universidade Federal da Bahia, cassado pelo decreto-lei 477. Preso no dia 27 de fevereiro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com Fernando Santa Cruz.

LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO : Ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, preso em São Paulo no dia 3 de abril de 1974.

DAVID CAPISTRANO DA COSTA - Ex-deputado estadual pelo Estado de Pernanbuco, combatente da guerra civil espanhola; do "Maquis" na França, prisioneiro no campo de concentração nazista. Foi preso no dia 16 de março em São Paulo.

JOSÉ ROMAN : 55 anos, casado, corretor de imóveis, preso no dia 16 de março de 1974, juntamente com David Capistrano.

PAULO STUART WRIGHT : Ex- deputado Federal de Santa Catarina, cassado em 1964, preso em São Paulo na 1ª quinzena de Setembro de 1973.

BRASÍLIA - UNB

Após a realização em 19/5 do Ato Público pela Anistia, com a presença de mais de 1.000 pessoas, o reitor José Carlos Azevedo decidiu pela suspensão de 16 alunos, segundo ele: "incitadores da agitação estudantil naquela Universidade".

A reação foi imediata; reunidos em Assembleia 2.000 estudantes decidiram se solidariezar com os colegas suspensos, deflagando uma greve geral de protesto contra a atitude do reitor e exigindo a revogação das punições.

Azevedo, não acreditando nos ânimo dos alunos, permitiu a invasão do Campus Universitário pelos policiais, ao mesmo tempo em que a repressão policial prendia 3 dos estudantes suspensos.

Desta vez os estudantes reagiram com uma passeata por toda a UNB que culminou com uma concentração de 3.000 estudantes em frente à Reitoria, exigindo além das reivindicações anteriores, a saída do Reitor policial.

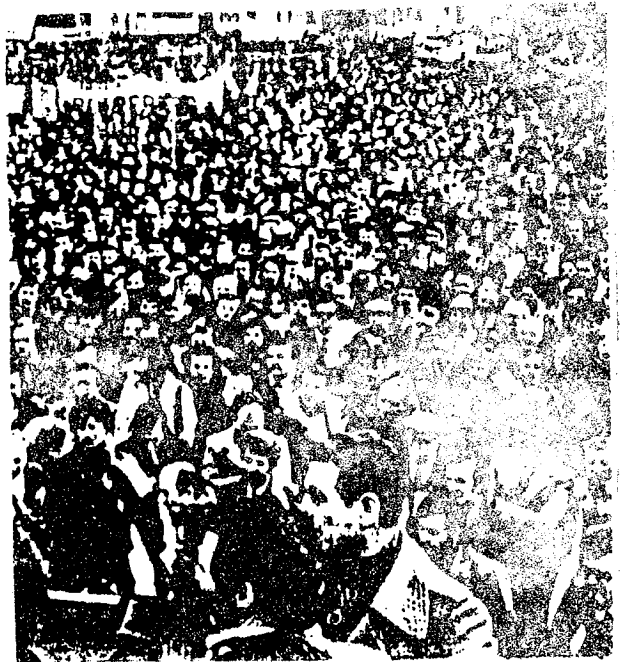
Azevedo, pressionado pelos alunos, assumiu a criação de um Conselho Universitário (órgão com representação de alunos e professores) que deveria julgar a revogação das punições. Este órgão, no entanto, manipulado pelo reitor-policial manteve as punições aos estudantes. Em seguida, no julgamento, 300 estudantes que aguardavam o resultado, assistiram à nova invasão policial ao Campus e a prisão de mais 3 colegas, arrastados e espancados pelos policiais até uma Kombi.

Ao todo, foram presos, desde início da crise na UNB, 9 estudantes que aguardam julgamento, após serem indiciados na Lei de Segurança Nacional.

Azevedo decretou então, um recesso de 30 dias na Universidade, temendo novas pressões dos alunos. No entanto, não vai ser a prepotência de um reitor, nem a violência policial que vai impedir que os estudantes continuem se ~~manifestando~~ mobilizando pelos seus direitos.

-PELA REVOGAÇÃO DAS PUNIÇÕES

-CONTRA A INVASÃO POLICIAL AOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS

-FORA O REITOR-POLICIAL.

PROFESSORES - RJ

Os professores do Rio reiniciam suas mobilizações. Atingidos nos últimos anos por uma crescente deterioração de sua situação econômica, por um crescente cerceamento do livre exercício da profissão, e sensibilizados pelas manifestações que vem ocorrendo entre os professores paulistas, paranaenses, etc. por melhores salários melhores condições de ensino e por liberdades democráticas, os professores cariocas procuram agora encontrar a melhor forma de se organizar para resolver, eles mesmos, os problemas que enfrentam no seu estafante dia a dia. Os aumentos do professorado não acompanham a alta do custo de vida. Os professores tem que trabalhar em duas, tres ou mais escolas, dando cursos com matérias, programas e ementas completamente díspares (o que leva ao absurdo do professor "enciclopédia") para poder perfazer um salário condigno. O pagamento por hora-aula exclui a remuneração das "janelas" e das atividades extra-classe (correção de trabalhos, preparação de aulas e provas), que inevitavelmente terminam por tomar os domingos e feriados do professor. Com estas citações apenas apontamos alguns dos problemas mais gerais do magistério.

Como resposta dos professores à apatia do sindicato da classe e demais associações surgiram no mes de junho o MOAP-RJ (Movimento de Oposição Aberto dos Professores) e a APERJ (Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro), que no momento estão incentivando a ida de grande número de professores ao Congresso da SBPC, onde se promoverá uma assembléia de nível nacional. Para sua fundação a APERJ promoveu dois debates que tiveram a participação de 150 e 70 professores, respectivamente.

O grupo "Construção" de professores, que vem participando da formação do MOAP e APERJ, solidariza-se com o Comitê 1º de Maio pela Anistia (aberto e democrático), posto que os esforços pela Anistia se dirigem contra o mesmo arbítrio de poder a que os professores (assim como demais setores da população) estão expostos.

DENÚNCIA

Encontra-se presos desde outubro de 1975 cinco estudantes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), são eles:

-Waldir Luiz Ribeiro Gallo, 3º ano de engenharia aeronáutica, presidente do Centro Acadêmico.

-Clóvis Goldemberg, 3º ano de eng. eletrônica, diretor do Detartamento Cultural do CA.

-Marcelo Moreira Ganzarolli, 3º ano de eng. mecânica, membro da diretoria do CA.

-Sérgio Sarak, 5º ano de eng. mecânica, membro da diretoria e ex-presidente do CA.

-Osvair Vidal Trevissam, 5º ano de eng. mecânica, membro da diretoria do CA.

Os estudantes, todos do Centro Acadêmico, acusados pelas autoridades de subversão foram presos, torturados e classificados como "elementos de alta periculozidade".

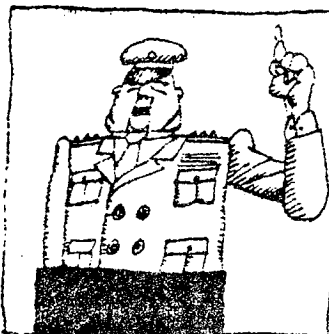
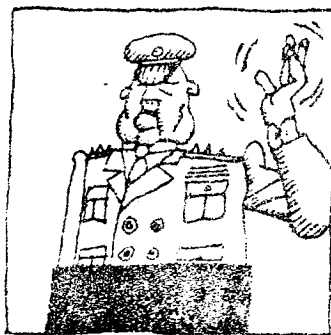
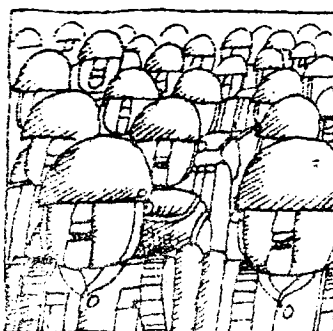
Após a prisão as famílias não tiveram notícia alguma sobre o paradeiro e integridade física dos estudantes durante 11 dias, chegan a esposa de um deles, grávida de tres meses, a perder o filho.

Respoderam ao processo perante a 2ª Auditoria Militar, em liberdade, após quatro meses de prisão, tendo o promotor, no final, retirado a acusação devido à inexistência absoluta de provas. Em março de 76, o juri, composto por oficiais da Aeronáutica decidiram, por maioria de votos, julgar improcedente a ação penal e absolver os acusados.

O processo foi remetido ao Supremo Tribunal Militar, onde foi realizado, em fins de setembro de 76, novo julgamento, sem o conhecimento do advogado; os acusados foram então condenados a dois anos de reclusão, por maioria de votos.

Solidarizama-nos com estes estudantes, que sabemos, foram presos não pelo motivo alegado de subversão; mas pelo fato de se posicionarem pela melhoria da qualidade de ensino e pelas Liberdades Democráticas.

-Pela anulação da decisão do Supremo Tribunal Militar,

-Pela Libertação Imediata dos cinco colegas.

A QUEM DUVIDASSE DA FUNÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, DIZÍAMOS:

IMAGINA! QUE COISA SERIA A VIDA SEM NÓS

PROÍBO-VOS DE IMAGINÁ-LO!

Após mais de 2 semanas de incomunicabilidade, tivemos notícias / de que os estudantes e operários / presos por ocasião do 1º de maio em São Paulo, vinham sendo vítimas de torturas por parte da repressão policial.

Como resultado dos maus tratos e torturas sofridas na prisão, o operário Celso Brambilla teve seus ouvidos bastante feridos, ficando COMPLETAMENTE SURDO de um deles. / Durante uma semana não teve qualquer assistência médica e só foi operado depois que o fato foi denunciado pelo seu advogado no Comitê 1º de MAIO - S.P..

Na tentativa de impedir a divulgação de mais essa barbárie, alegou-se a possível melhora do companheiro preso, não se permitindo seu depoimento, a ser feito na 4ª feira (22/6) juntamente com os outros operários e estudantes presos.

Depois de terem passado a maior parte do tempo no DOPS paulista, os presos foram transferidos para o presídio apenas dois dias antes do início dos depoimentos, não permitindo, assim, que eles tivessem a assistência jurídica, nas condições previstas por lei. Durante os contactos com os advogados, os presos estiveram sempre acompanhados por/ policiais.

Márcia Bassetto Paes, Fernando Antonio de Oliveira, Anita Maria / Fabri e Cláudio Júlio Gravina denunciaram em seus depoimentos as torturas que sofreram nas prisões, negando, assim, qualquer coisa que tivessem dito sob coação física e psicológica. Com relação a Anita e Cláudio, presos na faculdade ou em casa dois dias depois da prisão dos operários no ABC paulista, pesa a acusação de terem participado da distribuição de panfletos dos quais siquer tinham conhecimento.

Os advogados pediram, por falta de provas, a suspensão da prisão preventiva, a qual foi negada por unanimidade pela Auditoria Militar. Na semana de 27/6 a 01/07 termina o prazo da prisão preventiva, quando mais uma vez os advogados devem tentar o relaxamento da prisão; sendo, porém, o mais provável, a prorrogação por mais 60 dias, diante do pedido do / promotor, encaminhado à Auditoria / Militar.

- PELA LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS ESTUDANTES E OPERÁRIOS PRESOS EM S.P.
- PELO FIM DAS PRISÕES, TORTURA E ASSASSINATOS POLÍTICOS.

INDICIADOS NA LSN

A repressão ao IIIº ENE (Encontro Nacional dos Estudantes) , como a invasão ao campus da Medicina da UFMG e prisão dos estudantes que estavam lá, dos que viajavam para Belo Horizonte (num total de 1050 estudantes de todo Brasil), não parou aí: 1 semana depois, foi publicado nos principais jornais uma relação de 98 estudantes de outros estados, que seriam indiciados na Lei de Segurança Nacional, e depois foi aumentado a lista com os dos companheiros de Minas, fazendo um total de 154 sorteados.

A resposta não se fez esperar: aqui no Rio, foi convocada uma Assembléia Metropolitana, que decidiu uma Greve Regional, que mostra muito bem a disposição e ânimo dos estudantes, que já não aceitam passivamente as prisões, ameaças, intimidações, mas responde com a sua mobilização. Essa mobilização deteve a repressão, que queria abrir o processo logo e pelo que sabemos até hoje não foi aberto.

Os companheiros indiciados, aqui do Rio, tem se organizado e tentam mobilizar todos em sua defesa; nesse sentido, foi pedido a seccional da OAB(Ordem dos Advogados do Brasil)que assumisse a defesa dos indiciados, visto que em seu programa está a luta contra a legislação repressiva. Esse pedido foi rejeitado na votação (10X9)da seccional Rio. Os indiciados farão novo pedido, que conta com o apoio do advogado Sobral Pinto(que se prontificou a acompanhar o processo)além do Comitê 1º de Maio-Aberto que aprovou na sua reunião (25/6), uma moção à seccional da OAB-rio, para que assuma a defesa deles.

Independente disso, os estudantes indiciados e também o Comitê 1º de Maio-Aberto estão fazendo campanha com venda de bonus para pagamento dos advogados que irão defendê-los.

-CONTRA O ENQUADRAMENTO NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

-QUE A OAB DEFENDA OS INDICIADOS

-PELO FIM DE TODA LEGISLAÇÃO REPRESSIVA

ESTUDANTES!!!

OS ESTUDANTES SE MOBILIZAM NAS FÉRIAS

Desde que os estudantes tiveram entidades fechadas e violentamente reprimidas apartir de 68, foi posto em vigor um aparato de decretos-leis enormas com a finalidade de impedir nos a mobilização em defeza das questões que nos afetam diretamente assim como a discussão e participação em problemas da sociedade brasileira. Assim como a maioria da população brasileira, nós estudantes, também fomos privados durante todo esse tempo de direitos elementares enquanto cidadãos.

Apesar de toda ameaça e violencia que vez por outra se abate nós, o movimento estudantil nos últimos anos recuperou em boa medida sua representatividade nacionalmente com a luta pela reabertura dos Diretórios e a conquista de Entidades Livres (DCE-livre da USP, DCE-livre da PUC-SP, Comissão Pró-DCE-livre da UERJ, diversos Centros Acadêmicos e Comissões Pró-UME em SP, São Carlos, Campinas e RJ).

A partir das prisões em SP, nas vésperas do 1º de maio, os estudantes paulistas mobilizaram-se em defesa dos estudantes e operários presos, o que teve uma resposta nacional. Em menos de uma semana, a luta em defesa dos presos em SP tomou um caráter de luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o que teve uma repercussão nacional. A vanguarda desta luta, esteve sempre com os colegas de SP, tanto em formas de mobilização, como na aliança com outros setores (fato favorecido principalmente pelos Atos Públicos na rua e pela existência do Comitê 1º de Maio Aberto a todos os participantes, com voz e voto)

A participação dos estudantes na luta pelas Liberdades Democráticas e Anistia fez recudrescer a repressão sobre nós (intimação para depoimentos no Rio, prisões em Ribeirão Preto e Brasília, proibição do III ENE, etc..), mas sabemos que se ela não teve maior intensidade foi porque [illegible] atentos e mobilizados. Esta é a nossa principal força e dela dependerá nosso sucesso na reconstrução do [illegible] Livres, [illegible] ta Pelas Liberdades Democráticas.

-Pela Reconstrução [illegible] Entidades Estudantis [illegible] (DAs, [illegible] e UNE),

-Pelo Fim [illegible] gislação [illegible] (228, 477, etc)

-Pela Anistia [illegible] Geral e Irrestrita,

-Pelas Liberdades Democráticas.